

10.520/2002, na Lei Municipal n. 3.997/2002, regulamentada pelos Decretos Municipais nos. 8.621/2003 e 9.399/2005, na legislação correlata e nas demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços n. 001/2014, procedimento licitatório homologado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal em 27/1/2014, às fls. 920, do Processo n. 849/2014-61.

**OBJETO:** Aquisição de Kit escolar básico para os alunos da Rede Municipal de ensino, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande-MS, através da Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

**VALIDADE:** 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

**TOTAL GERAL:** R\$ 2.213.955,00 (dois milhões, duzentos e treze mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

**DOTAÇÃO:** 0909 F - 0105.12.361.0149.2200.33903016 FR 01 - RECURSO DO TESOIRO.

**ASSINATURAS:** José Chadid e Valdemar Abila.

CAMPO GRANDE-MS, 11 DE FEVEREIRO DE 2014.

VIVIANI MORO  
Coordenadora de Técnica Legislativa

**REPUBLICA-SE** POR CONSTAR COM INCORREÇÕES NO ORIGINAL PUBLICADO NO DIOGRANDE n. 4024, de 23/5/2014.

**EXTRATO** DO CONTRATO n. 28-A, CELEBRADO EM 19 DE MARÇO DE 2014.

**PARTES:** Prefeitura Municipal de Campo Grande - MS e a Empresa Brink Mobil Equipamentos Educacionais Ltda.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n. 10.520, de 17/7/2002, Decreto Municipal n. 9.623, de 18/5/2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal n. 8.666, de 21/6/93, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, em conformidade com a Ata de Registro de Preços n. 01/SEMED referente ao Pregão Presencial n. 001/2014, procedimento licitatório adjudicado pelo Pregoeiro em 27/1/14 e homologado em 27/1/2014 pelo Exmo. Prefeito Municipal, anexo ao Processo Administrativo n. 849/2014-61.

**OBJETO:** Aquisição de kit escolar básico para os alunos da rede municipal de ensino.

**VALOR TOTAL:** R\$ 2.213.955,00 (dois milhões, duzentos e treze mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

**PRAZO:** 12 (doze) meses, com vigência a contar da data da assinatura deste Contrato.

**DOTAÇÃO:** 0909 F - 0105.12.361.0149.2200.33903016 FR: 01 - RECURSOS DO TESOIRO.

**ASSINATURAS:** Angela Maria de Brito e Valdemar Abila.

CAMPO GRANDE-MS, 19 DE MARÇO DE 2014.

VIVIANI MORO  
Coordenadora de Técnica Legislativa

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA

ANEXO ÚNICO AO DECRETO N. 10.499 DE 02 DE JUNHO DE 2008.

**Art. 1º.** – A Prefeitura Municipal de Campo Grande, considerando o artigo 2º da Lei Federal n. 9.452/97, e, após as liberações dos recursos federais, a qualquer título, notificará os partidos políticos, os sindicatos dos trabalhadores, o conselho municipal de saúde e as entidades empresariais.

NOTIFICAÇÃO

Nº. 49/2014				Data: 10/06//2014	
Órgão: Secretaria Municipal de Saúde Pública – SESAU					
N.	ORIGEM	NATUREZA	OBJETO	EXECUTOR	VALOR R\$
1	MS/FNS	S U S - S i s t e m a Único de Saúde	Pagto Faec Comp. 03/14	SESAU/FMS	357.972,20
				TOTAL	357.972,20
IVONE APARECIDA GUIMARÃES			JAMAL MOHAMED SALEM		
Diretora Departamento Financeiro			Secretário Municipal de Saúde		

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE

EDITAL n. 001/IMPCG/2014

CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E SIMILARES, SOCIEDADES CORRETORAS, DISTRIBUIDORAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E PESSOAS JURÍDICAS QUE ATUEM COMO AUTÔNOMOS DE INVESTIMENTOS

A DIRETORA-PRESIDENTE DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE CAMPO GRANDE - IMPCG, no uso de suas atribuições legais, e, seguindo as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN n. 3.922, de 25 de novembro de 2010 e pela Portaria MPS n. 519, de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS n. 440, de 09 de outubro de 2013, que preconizam a transparência na administração dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, **TORNA PÚBLICO** os requisitos mínimos e a relação de documentos necessários para o credenciando de Instituições Financeiras e Similares, Sociedade Corretoras e Distribuidoras e Títulos e Valores Mobiliários e Pessoas Jurídicas que atuem como Agentes Autônomos de Investimentos, perante as quais o IMPCG poderá alocar seus recursos financeiros disponíveis, na forma deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto definir as regras para seleção e credenciamento de Instituições Financeiras e Similares, Sociedade Corretoras e Distribuidoras e Títulos e Valores Mobiliários e Pessoas Jurídicas que atuem como Agentes Autônomos de Investimentos, autorizadas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, Conselho Monetário

Nacional – CMN e Comissão de Valores Mobiliários – CVM a atuarem no Sistema Financeiro Nacional, perante as quais o Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande - IMPCG poderá alocar seus recursos financeiros disponíveis.

1.2. O credenciamento das entidades mencionadas no item 1.1. não gera a obrigação de alocação de recursos financeiros do IMPCG, garantindo tão somente a habilitação das entidades para eventual contratação ou aplicação financeira.

2. DAS REGRAS GERAIS PARA O CREDENCIAMENTO

2.1. As instituições financeiras interessadas poderão solicitar seu credenciamento junto ao IMPCG a qualquer tempo, mediante apresentação da documentação pertinente e demonstração de que possuem experiência em aplicações financeiras de Regimes Próprios de Previdência Social.

2.2. As instituições financeiras deverão ser filiadas à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – AMBIMA, estar entre as 100 (cem) maiores administradoras de ativos por patrimônio líquido e cumulativamente entre as 100 (cem) maiores gestoras de fundos de investimentos, conforme o mais recente *ranking* divulgado pela AMBIMA e demonstrar que não possuem condenação na CVM nos últimos cinco anos anteriores a solicitação de credenciamento.

2.3. Fica vedada a participação no processo de credenciamento de instituições que se enquadrem nas seguintes situações: suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública; sejam consideradas como inidôneas em qualquer esfera de Governo e estejam sob intervenção, falência, dissolução ou liquidação.

3. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

3.1. A documentação exigida deverá ser apresentada em original ou cópia autenticada e entregue de uma só vez, quando da solicitação do credenciamento junto ao IMPCG, ocasião em que a instituição aceita implicitamente as condições estabelecidas para o credenciamento.

3.1.2. No momento da entrega da documentação a instituição financeira deverá preencher formulário específico a ser fornecido pelo IMPCG.

3.2. A Documentação Relativa à Habilitação Jurídica consistirá em:

3.2.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas de Ata arquivada da Assembléia de última eleição da Diretoria;

3.2.2. Ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.2.3. Cópia do Registro de Identidade e do Cadastro de Pessoa Física do representante legal da entidade.

3.3. A Documentação Relativa à Regularidade Fiscal consistirá em:

3.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;

3.3.2. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

3.3.3. Prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;

3.3.4. Prova de Regularidade perante a Receita Federal do Brasil, mediante apresentação de certidão negativa de débitos de tributos e contribuições federais e certidão negativa, quanto à dívida ativa da União;

3.3.5. Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho.

3.4. A Documentação Relativa à Qualificação Técnica consistirá em:

3.4.1. Prova de filiação à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – AMBIMA;

3.4.2. As entidades gestoras de fundos de investimentos deverão apresentar prova de agência Classificadora de Risco em funcionamento no País, sendo o mínimo exigido de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento ou o de baixo risco de crédito, conforme estabelecido pelo artigo 15, §2º, da Resolução CMN n. 3.922, de 25 de novembro de 2010;

3.4.3. Relatório demonstrativo da experiência da instituição na administração de recursos financeiros de Regimes Próprios de Previdência Social.

3.5. A Documentação Relativa à Qualificação Econômico-financeira consistirá em:

3.5.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, que comprovem a solidez da situação econômico-financeira da entidade;

3.5.2. Demonstrativos contábeis com os índices de liquidez corrente, índice de liquidez geral e índice de solvência geral extraídos do balanço do último exercício, que comprovem a solidez da situação econômico-financeiro da entidade.

4. DA HOMOLOGAÇÃO, DA VIGÊNCIA E DO DESCREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento das instituições financeiras será submetido à homologação do Diretor-Presidente do IMPCG, após aprovação do Comitê de Investimentos do Instituto, ficando as entidades automaticamente aptas para operarem junto ao IMPCG, como gestoras, administradoras, distribuidoras ou custodiantes, conforme o caso.

4.2. A vigência do credenciamento das entidades será por tempo indeterminado, podendo o IMPCG solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, a apresentação de esclarecimentos, informações e novos documentos às entidades credenciadas, sempre que necessário.

4.3. As entidades que descumprirem quaisquer leis e normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social e regulamentam o Sistema Financeiro Nacional bem como que deixarem de executar os serviços contratados na forma e nos prazos estabelecidos ou infringirem quaisquer disposições pactuadas serão descredenciadas, através de procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

5. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O IMPCG divulgará anualmente a relação das entidades credenciadas para eventual alocação de seus recursos financeiros disponíveis.

5.2. As instituições financeiras que possuem atualmente recursos alocados terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data da publicação deste instrumento para

comprovação dos requisitos exigidos para o credenciamento.

5.3. O presente instrumento poderá ser revisto anualmente ou a critério do IMPCG.

5.4. Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Comitê de Investimentos do IMPCG, mediante decisão fundamentada em ata, homologada pelo Diretor-Presidente da Instituição.

CAMPO GRANDE-MS, 10 DE JUNHO DE 2014.

LILLIAM MARIA MAKSOUD GONÇALVES  
Diretora-Presidente do Instituto Municipal  
de Previdência de Campo Grande

ATOS DE PESSOAL



ATOS DO PREFEITO

DECRETO “PE” N. 2.220, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, usando da competência que lhe foi atribuída pelo art.13, da Lei 4.722 de 1º de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR representantes abaixo relacionados dos Órgãos Governamentais e Entidades Não-Governamentais para comporem o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Ceroula, para o biênio de 2014-2015 (Ofício n. 1.547/DLMA/SEMADUR/2014):

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

<b>1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano SEMADUR</b> Titular: João Alberto Borges dos Santos Suplente: Eder Firmino de Oliveira
<b>2. IMASUL</b> Titular: Ana Cristina Amador de Souza Bergle Suplente: Leonardo Tostes Palma
<b>3. IBAMA</b> Titular: Anna Christina Mendo dos Santos Suplente: Suelen Faria Cabral de Oliveira
<b>4. EMBRAPA Gado de Corte</b> Titular: Mariana de Aragão Pereira Suplente: Ademir Hugo Zimmer

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

<b>5. Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA</b> Titular: Alex Walber Suplente: Rosália Evangelista Martins
<b>6. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS</b> Titular: Valdinir Nobre de Oliveira Suplente: Orlando Serrou Camy Filho
<b>7. Sindicato Rural de Campo Grande</b> Titular: Valfrido Medeiros Chaves Suplente: Ramão Edison Fagundes Jardim
<b>8. Sindicato dos Guias de Turismo do MS - SINGTUR MS</b> Titular: Carlos Iracy Coelho Netto Suplente: Zulene Campos Rodrigues
<b>9. Cooperativa Agrícola de Campo Grande - COOP GRANDE</b> Titular: Carlos Augusto Marteli Suplente: Paulo Roberto de Lima Nery
<b>10. Universidade Anhanguera-UNIDERP</b> Titular: Ademir Kleber Morbeck de Oliveira Suplente: Giselle Feliciani Barbosa
<b>11. Associação dos Agricultores Familiares do Assentamento Conquista</b> Titular: Davi José Cardoso Suplente: Vera Lucia Holm
<b>12. Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de MS - CREA MS</b> Titular: Jânio Fagundes Borges Suplente: Débora Cristina Vieira Prado
<b>13. Conselho Regional de Economia de MS - CORECON MS</b> Titular: Juan Carlos Antoneili Vidal Suplente: Regina Pazebão Marson

CAMPO GRANDE-MS, 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE  
Prefeito Municipal

VALTEMIR ALVES DE BRITO  
Secretário Municipal de Administração

DECRETO “PE” N. 2.221, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, usando da competência que lhe foi atribuída pelo art.13, da Lei 4.722 de 1º de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR representantes abaixo relacionados dos Órgãos Governamentais e Entidades Não-Governamentais para comporem o Conselho Gestor da Área de

Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Guariroba, para o biênio de 2014-2015 (Ofício n. 1.547/DLMA/SEMADUR/2014):

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

<b>1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano SEMADUR</b> Titular: João Alberto Borges dos Santos Suplente: Eder Firmino de Oliveira
<b>2. IMASUL</b> Titular: Ana Cristina Amador de Souza Bergler Suplente: André Borges Barros de Araújo
<b>3. IBAMA</b> Titular: Anna Christina Mendo dos Santos Suplente: Suelen Faria Cabral de Oliveira

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

<b>4. Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA</b> Titular: Airton Rui Cicerelli Fernandes Suplente: Débora Cristina Pereira Prado
<b>5. Águas Guariroba S/A</b> Titular: Waldyr Vilanova Bittencourt Junior Suplente: Fernando Henrique Garayo Junior
<b>6. Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S. A - TBG</b> Titular: Gerson de Oliveira Cullmann Suplente: Wanderley Ribeiro Galindo
<b>7. Sindicato Rural de Campo Grande</b> Titular: Ramão Edison Fagundes Jardim Suplente: Pedro de Souza Junqueira Netto
<b>8. Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Guariroba - ARCP Guariroba</b> Titular: Wardes Antônio Conte Lemos Suplente: Luiz Henrique Bairros Faracco
<b>9. Ordem dos Advogados do Brasil Seção de MS - OAB/MS</b> Titular: Arlindo Murilo Muniz Suplente: Silvia Bontempo

CAMPO GRANDE-MS, 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE  
Prefeito Municipal

VALTEMIR ALVES DE BRITO  
Secretário Municipal de Administração

DECRETO “PE” N. 2.222, DE 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE, Prefeito de Campo Grande, Capital do Estado de Mato Grosso do Sul, usando da competência que lhe foi atribuída pelo art.13, da Lei 4.722 de 1º de janeiro de 2009, resolve:

NOMEAR representantes abaixo relacionados dos Órgãos Governamentais e Entidades Não-Governamentais para comporem o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Córrego Lajeado, para o biênio de 2014-2015 (Ofício n. 1.547/DLMA/SEMADUR/2014):

I – REPRESENTANTES DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS

<b>1. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano SEMADUR</b> Titular: João Alberto Borges dos Santos Suplente: Eder Firmino de Oliveira
<b>2. IMASUL</b> Titular: Odilon Rigo Suplente: André Borges Barros de Araújo
<b>3. IBAMA</b> Titular: Anna Christina Mendo dos Santos Suplente: Suelen Faria Cabral de Oliveira

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS

<b>4. Águas Guariroba S/A</b> Titular: Waldyr Vilanova Bittencourt Junior Suplente: Fernando Henrique Garayo Junior
<b>5. Universidade Anhanguera-UNIDERP</b> Titular: Denise Renata Pedrinho Suplente: Luciana Paes de Andrade
<b>6. Associação Parque Residencial DAMHA</b> Titular: Fernando Monteiro Scaff Suplente: Fernando Madeira Ribeiro
<b>7. Associação de Moradores do Loteamento Rural Sítio Santa Maria</b> Titular: Paulo Estevão da Cruz e Souza Suplente: Matheus Dauzacker Neto

CAMPO GRANDE-MS, 11 DE JUNHO DE 2014.

GILMAR ANTUNES OLARTE  
Prefeito Municipal

VALTEMIR ALVES DE BRITO  
Secretário Municipal de Administração